

## EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA PERSPECTIVA DO INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL

EDNA MARIA FLORIANO  
[ednamaria357@gmail.com](mailto:ednamaria357@gmail.com)

Artigo defendido em 20 de dezembro de 2019

### RESUMO

O presente trabalho tem o objetivo de investigar os níveis de alfabetismo em uma turma de Educação de Jovens e Adultos, no município de Canguaretama, estado do Rio Grande do Norte, utilizando como suporte o Indicador de Alfabetismo Funcional. Assim posto, o trabalho constituiu-se metodologicamente de uma pesquisa qualitativa por meio de uma revisão bibliográfica, sendo a construção do *corpus* realizada por aplicação de

questionários no primeiro semestre de 2019. Nessa investigação, três níveis de alfabetismo foram obtidos: analfabeto, rudimentar e elementar. A partir da investigação realizada, os sujeitos pesquisados poderão ter mais oportunidades em relação ao ensino-aprendizagem da modalidade em questão se diagnósticos forem feitos sobre o uso da leitura e da escrita, como uma prática social, para que haja o desenvolvimento dessas habilidades.

**PALAVRAS-CHAVE:** Educação de Jovens e Adultos. Alfabetização. Letramento. Indicador de Alfabetismo Funcional.

### YOUTH AND ADULT EDUCATION IN THE PERSPECTIVE OF THE FUNCTIONAL LITERACY INDICATOR

### ABSTRACT

This paper aims to investigate literacy levels in a Youth and Adult Education class, in the municipality of Canguaretama, state of Rio Grande do Norte, using the Functional Literacy Indicator. Thus, it was methodologically constituted of a qualitative research with bibliographic review, being the construction of the corpus performed by applying

questionnaires in the first semester of 2019. In this research, three levels of literacy were obtained: illiterate, rudimentary and elementary. The subjects researched in this modality need opportunities in relation to the use of reading and writing as a social practice for the development of these skills.

**KEYWORDS:** Youth and Adult Education. Literacy. Indicator of Functional Literacy.

## 1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma modalidade de ensino que acolhe os jovens e os adultos que não puderam efetuar os estudos na idade regular (BRASIL, 1996). De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames” (BRASIL, 1996, p. 13).

Segundo Pacheco e Cerqueira (2009), a Constituição Federal de 1988, em conformidade com a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), garantiu avanços na educação brasileira e criou o Plano Nacional de Educação (PNE), que estabelece, nas suas diretrizes, metas para o desenvolvimento da educação em todo país. Desse modo, a LDB direciona todas as ações educativas implementadas para os âmbitos federal, estadual e municipal no ensino da EJA.

Ainda, de acordo com a argumentação desses autores, “o povo do Brasil ficou marcado pelo período da escravidão e pela exclusão da grande maioria da população de direitos sociais básicos” (PACHECO; CERQUEIRA, 2009, p. 48). A partir disso, entende-se que a Educação de Jovens e Adultos necessita de reparos, pois alguns indivíduos não foram alfabetizados na infância para fazer uso consciente das práticas de leitura e de escrita.

Para Saviane (2004), as diretrizes da lei são uma forma de equalizar as injustiças do passado, por isso o PNE é visto como forma de pagamento de uma dívida e que dessa forma ela poderá qualificar, fortalecer a educação mediante uso correto de suas metas, conforme suas palavras:

[...] ponto culminante de um processo cujo objetivo permanente foi o de dotar o sistema educacional brasileiro de um conjunto de diretrizes e metas que possam orientar e balizar a política educacional do país, com vista ao resgate de uma dívida historicamente acumulada Saviane (2004, p. 91).

Assegurando a democratização do ensino brasileiro, foi criado um documento chamado *Relatório do Primeiro Ciclo de Monitoramento das Metas do PNE: Biênio de 2014 a 2016* para monitorar e investigar as metas do sistema educacional, no intuito de poder atingir os objetivos até o final da vigência em 2024. “A partir desse relatório, a taxa de alfabetização da população de 15 anos ou mais vem crescendo, saindo de um patamar de 88,5%, em 2004, para 91,7%, em 2014. Contudo, ainda há 17,6%, em 2014, de pessoas com mais de 15 anos de idade que estão no patamar do analfabetismo funcional” (BRASIL, 2016, p. 230).

Partindo para outro parâmetro, em 2001, o Instituto Paulo Montenegro apresentou o Indicador de Alfabetismo Funcional<sup>1</sup> (INAF), que classificava em quatro níveis “analfabeto, rudimentar, básico e pleno”, a população brasileira de acordo com as habilidades em leitura e escrita (letramento) e em matemática (numeramento). Em 2015, esse mesmo Indicador reorganizou a escala anterior, que dividia os níveis de alfabetismo da população brasileira passando de quatro para cinco níveis, alterando o nível básico e nível pleno. Assim, definido como elementar, intermediário, proficiente.

De acordo com o INAF (2018, p. 4-5),

Esse novo agrupamento permitiu melhor discriminar a população com maior domínio das habilidades de Alfabetismo, bem como melhor descrever as práticas que compõem esses grupos com base na revisão da escala de proficiência e análise dos itens que integram o banco do Inaf.

Assim posto, em termos metodológicos, este trabalho traz-se uma abordagem qualitativa com revisão bibliográfica, sendo o *corpus* construído a partir de aplicação de questionário. Assim posto, este estudo tem o objetivo de investigar os níveis de alfabetismo, em uma turma de Educação de Jovens e Adultos, no município de Canguaretama, estado do Rio Grande do Norte, utilizando o Indicador de Alfabetismo Funcional, como suporte para encontrar os possíveis níveis de alfabetismo.

No que concerne à organização do artigo, iniciaremos apresentando um breve referencial teórico. A seguir, relataremos a metodologia adotada, os instrumentos de pesquisa. Posteriormente, mostraremos os resultados e as discussões. Por fim, nas considerações finais, fazemos uma reflexão, ainda que breve, de possíveis trabalhos futuros.

## 2 CONSIDERAÇÕES SOBRE ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO

Conforme o INAF (2018, p. 1), analfabeta funcional é “a pessoa que, mesmo sabendo ler e escrever algo simples, não tem as competências necessárias para satisfazer as demandas do seu dia a dia e viabilizar o seu desenvolvimento pessoal e profissional”.

---

<sup>1</sup> Disponível em:  
[http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018\\_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares\\_v08Ago2018.pdf](http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf). Acesso em: 6 set. 2019.

Assim, o grupo de alfabetizados funcionais é aquele que “orienta-se por uma concepção ampla de alfabetismo, que abarca não só habilidades de leitura, escrita e cálculo numérico, mas também as práticas de leitura, escrita, cálculo e representação numérica dos diversos segmentos sociais, em diversos contextos” (INAF, 2018, p. 1).

A alfabetização e o letramento são dois processos que geram discussões sobre os problemas da aprendizagem inicial da escrita, pois para a verdadeira inclusão necessita de práticas sociais letradas para que as “dificuldades no processo de aprendizagem do sistema de escrita ou tecnologia da escrita” sejam amenizadas (SOARES, 2017, p. 44).

Segundo Soares (2017), nos estudos brasileiros, os conceitos de alfabetização e de letramento se confundem e separar os dois processos é um erro, pois têm características diferentes, mas ambos devem caminhar juntos. Ainda, a alfabetização e o letramento são processos interdependentes, indissociáveis, porém são diferentes, pois envolvem conhecimentos, habilidades e competências diferenciadas no ensino. Nas palavras dessa autora,

Não são processos independentes, mas interdependentes, e indissociáveis: a alfabetização desenvolve-se *no contexto de e por meio de* práticas sociais de leitura e de escrita, isto é, através de atividades de letramento, e este, por sua vez, só se pode desenvolver *no contexto da e por meio da* aprendizagem das relações fonema–grafema, isto é, em dependência da alfabetização (SOARES, 2017, p. 45, grifo do autor).

Em se tratando do letramento, segundo alguns autores, é um termo recente no vocabulário dos educadores e dos estudiosos dessa área no Brasil, a exemplo de Soares (2017) e Kato (1986). Conceitualmente o letramento teve início ao mesmo tempo para nomear práticas sociais de leitura e escrita mais aprofundadas.

Entre os autores Mary Kato (1986) citou em seu trabalho no livro o termo letramento cunhado pela mesma autora, no início dos anos 80, diz que ele é um “conjunto de práticas sociais que a escrita enquanto sistema simbólico e tecnologia, em contextos específicos e para objetivos determinados” (KATO, 1986, p. 7). Por isso o letramento pode ser considerado um processo histórico-social e educacional complexo, que quase sempre é visto como associado à alfabetização.

Conforme Soares (2003, p. 6), o termo letramento “surgiu da necessidade de nomear práticas sociais da leitura e escrita mais avançadas e complexas que as práticas de ler e escrever que resulta na aprendizagem do sistema de escrita”. No início dos anos

de 1980, os estudos sobre letramento surgiram simultaneamente no Brasil e em outros países.

O letramento diz respeito também a algumas habilidades que um sujeito deve possuir para fazer uso das práticas sociais e ser considerado letrado. Nas palavras de Soares (2003),

Ao exercício efetivo e competente da tecnologia da escrita denomina-se letramento, que implica habilidades várias, tais como: capacidade de ler e escrever para atingir diferentes objetivos – para informar ou informar-se, para interagir com outros, para imergir no imaginário, no estético, para ampliar conhecimentos, para seduzir ou induzir, para divertir-se, para orientar-se, para apoio à catarse...; habilidades de interpretar e produzir diferentes tipos e gêneros de textos; habilidades de orientar-se pelos protocolos de leitura que marcam o texto ou lançar mão desses protocolos, ao escrever, atitudes de inserção efetiva no mundo da escrita, tendo interesse e prazer em ler e escrever, sabendo utilizar a escrita para encontrar ou fornecer informações e conhecimentos, escrevendo ou lendo de forma diferenciada, segundo as circunstâncias, os objetivos o interlocutor... (SOARES, 2003, p. 80).

Nessa perspectiva, tal definição demonstra que o letramento se refere às competências de leitura e de escrita por um indivíduo que já domina o código. Com isso, “o letramento acontece” necessariamente com os sujeitos que já dominam o sistema de escrita, (mas também) pode se constatar que o letramento vai além de medir apenas as capacidades de ler e escrever.

Em se tratando da alfabetização, alguns autores (SOARES, 1998, 2017; KATO, 1986; KLEIMAN, 1995; ROJO, 2009) compreendem que é um processo complexo, e que está relacionado a diversos aspectos, exigindo múltiplas metodologias, para a aprendizagem inicial da leitura e da escrita aconteça.

Soares (2017) concebe a alfabetização como sendo a aprendizagem da técnica, do domínio do código convencional da leitura e da escrita, das relações entre fonema e grafema e do uso de diferentes instrumentos com os quais se escreve. Assim, a alfabetização é o ato ou efeito de alfabetizar, de ensinar as “primeiras letras”, ou seja, é a condição quando uma pessoa adquire habilidades básicas ou iniciais do ler e do escrever.

Em sintonia com o que alegamos anteriormente, Rojo (2009) afirma que a alfabetização é o processo pelo qual obtém o domínio do código da leitura e da escrita. Mas faz distinção na representação do som da fala pela escrita dizendo que é “necessário

perceber as relações bastante complexas que envolve o despertar para uma consciência fonológica da linguagem: perceber seus sons, como se separam e se juntam em novas palavras” (ROJO, 2009, p. 61). Segundo esta autora nem sempre as letras têm um único som.

Ainda de acordo com Rojo (2009), é durante o ensino inicial das primeiras letras que deve se considerar aspectos específicos da alfabetização, como as letras que formam as sílabas, chamadas de complexas no início da alfabetização, independente de quando ela se iniciar, seja com crianças ou com adultos analfabetos, pois elas têm elementos que garantirão ao aluno o domínio da base alfabética e, portanto, a compreensão do sistema de escrita.

Retomando o que afirma Soares (1998, 2003, 2017), conceitualmente, alfabetização é um processo específico e indispensável de apropriação do sistema de escrita, a conquista dos princípios alfabético e ortográfico que possibilitam ao aluno ler e escrever com autonomia. Ademais, a alfabetização pode ser definida, em síntese, como “o processo pelo qual se adquire o domínio de um código e das habilidades de utilizá-lo para ler e escrever, ou seja: o domínio da tecnologia – do conjunto de técnicas – para exercer a arte e ciência de escrita” (SOARES, 2003, p. 80).

Soares (2003, 2017) salienta que o processo de alfabetização também é um momento apropriado para se adquirir habilidades de codificação e decodificação da língua escrita, tendo a ciência que é a tradução da forma sonora da fala para a forma gráfica da escrita.

Já como discutia Freire (1980), a alfabetização vai além da codificação e da decodificação, pois, para esse autor, é um processo de libertação do sujeito; após transformado, faz uso social da escrita para agir sobre o mundo que o cerca. Ainda, assevera que só a educação pode transformar e libertar o homem das camadas mais ingênuas da sociedade, assim transformando-se de “homens-objetos” para “homens-sujeitos”. Em suas palavras, “[...] permitir ao homem chegar a ser sujeito, constituir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e a história [...]” (FREIRE, 1980, p. 39).

Deste modo, a educação inicial começa pela alfabetização e ela pode transformar o sujeito, no sentido de desenvolver o senso crítico como também torná-lo mais humano tendo consciência de sua responsabilidade. Segundo Freire (2016), a luta dos oprimidos é

a ação pedagógica do processo de libertação, podendo acontecer pelo diálogo da seguinte forma:

é que esta luta não se justifica apenas em que passem a ter liberdade para comer, mas “liberdade para criar e construir, para admirar e aventura-se”. Tal liberdade requer do que o indivíduo seja ativo e responsável, não escravo nem uma peça bem alimentada da máquina (FREIRE, 2016, p. 99).

Para Freire (2016), a busca da liberdade começa pela ação da alfabetização, quando os sujeitos se tornam autônomos. Vale salientar, segundo sua visão, que o homem é um sujeito histórico e inconcluso, reconhece-se como objeto de sua consciência, podendo agir sobre o mundo, construir e ser transformados.

Por fim, com a exposição dos autores citados - a exemplo de Kleiman (1995), Rojo (2009), Soares (1998, 2003, 2017) - a alfabetização e o letramento são práticas socioeducacionais diferentes, cada qual com suas especificidades; porém complementares entre si e indispensáveis à vida social e à profissional.

### **3 INDICADOR DE ALFABETISMO FUNCIONAL**

O analfabetismo, de modo amplo, representa o não uso das práticas de leitura e de escrita na vida social. O tópico em questão transcende às questões pedagógicas por ter sido historicamente eivado de desconceitos, comparado com uma enfermidade, chaga, incapacidade, inferioridade ou ainda com ignorância (FREIRE, 2001). Desse modo, o analfabetismo pode impedir muitos brasileiros de direitos causando exclusão num contexto social causando inúmeras limitações parando de usufruir efetivamente no processo da participação social.

Embora o conceito de alfabetizado, que vigorou até o Censo de 1940, era quando a pessoa se declarasse saber ler e escrever, ou seja, a capacidade de escrever o próprio nome. Isso significa que o critério adotado, a partir do Censo de 1950, para ser alfabetizado era como aquele capaz de ler um bilhete simples, assim, não só saber ler e escrever, mas de exercer uma prática de leitura e escrita (SOARES, 2017).

Atualmente, pelo critério de anos de escolarização, acredita-se que “após alguns anos de aprendizagem escolar, o indivíduo não só terá aprendido a ler e escrever, mas também fazer uso da leitura” (SOARES, 2017, p. 34). Assim, diante dos problemas na

aprendizagem da população brasileira ao fazer uso correto das práticas sociais de leitura e escrita, isso impulsionou alguns órgãos a pesquisar dados sobre os níveis de alfabetismo.

Para a devida obtenção, contou com a participação do INAF, trazendo informações sobre a taxa de alfabetismo da população de 15 a 64 anos de idade. Tendo sua edição pela primeira vez em 2001, sendo a sua última em 2018, o INAF vem classificando a população brasileira de acordo com suas habilidades em leitura e escrita. A princípio, eram divididos em quatro níveis (*Quadro 2*), conforme esta síntese:

Quadro 2 – Características e competências dos níveis de alfabetismo

<b>Nível analfabeto</b>	São aqueles que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem leitura e escrita.
<b>Nível rudimentar</b>	São aqueles que tem capacidade de localizar uma informação clara em textos familiares e curtos.
<b>Nível básico</b>	Consegue ler e compreender textos de média extensão, localizar informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências.
<b>Nível pleno</b>	Ler textos mais longos, relacionando suas partes, comparar e interpretar informações, distinguir fatos de opinião, realizar inferência em sínteses.

Fonte: INAF (2018)

Segundo o INAF, para cada competência, encontram-se resultados diferentes para a classificação dos possíveis níveis de alfabetização e de letramento. Em 2015, o INAF foi reorganizado em uma escala que investiga a taxa de alfabetismo, dividindo a população brasileira em cinco níveis de alfabetismo: analfabeto, rudimentar, elementar, intermediário e proficiente.

Tendo em vista que o INAF mede os níveis de alfabetismo dos sujeitos, esse indicador ressalta as características do letramento e as capacidades que um sujeito deve ter no processo. Assim, o indivíduo

deve compreender e utilizar a informação escrita e refletir sobre ela, deve ter informações textuais e conhecimentos e as visões do mundo do apontado pelo leitor. Tendo domínios e capacidades de processamento de informações verbais, que envolvem uma série de conexões lógicas e narrativas denominada pelo Inaf como letramento (INAF, 2018, p. 4).

Ainda vale ressaltar que algumas pessoas e até a mídia fazem confusão sobre o processo de alfabetização e o de letramento quando passam a informação, pois falam de alfabetização, mas se esquecem ou ignoram o letramento. Ou seja, para que o indivíduo tenha um ensino significativo deve ir além da alfabetização, priorizando o letramento que é fundamental para que o analfabetismo funcional seja superado.

Para o INAF, o analfabetismo é a incapacidade para compreender e fazer uso de informações escritas e refletir sobre ela. Após suas pesquisas observou que teve um aumento significativamente, do índice de analfabetismo uma vez que passou a envolver muito além das pessoas que não sabem ler e escrever, mas segundo Ribeiro (2003, p. 10), “[...] todos aqueles que tiveram acesso limitado à escolarização ou que tem domínio limitado das habilidades de leitura e escrita”.

Uma tabela foi organizada com os dados desse período, e sua proposta foi incluir a aplicação de testes cognitivos para verificação do nível de alfabetismo de uma amostra de 2002 pessoas, para representar a população dessa faixa etária em todas regiões do país, tanto na zona urbana como na zona rural.

Os resultados<sup>2</sup> obtidos ao longo de mais de uma década mostram uma significativa redução do número de analfabetos, caiu de 12%, em 2001-2002 para 4% em 2015, embora os dados desta última edição sinalizem uma inflexão nessa tendência, indicada por um novo aumento desse patamar em 2018, como mostra abaixo:

Quadro 3 – Níveis de alfabetismo no Brasil conforme o Inaf (2001-2018)

Nível	2001-2002	2002-2003	2003-2004	2004-2005	2007	2009	2011	2015	2018
Base	2000	2000	2001	2002	2002	2002	2002	2002	2002
Analfabeto	12%	13%	12%	11%	9%	7%	6%	4%	8%
Rudimentar	27%	26%	26%	26%	25%	25%	21%	23%	22%
Elementar	28%	29%	30%	31%	32%	32%	37%	42%	34%
Intermediário	20%	21%	21%	21%	21%	21%	25%	23%	25%

<sup>2</sup> “O critério de arredondamento dos resultados permite percentuais totais diferentes da soma dos números arredondados” (INAF, 2018, p. 8).

Proficiente	12%	12%	12%	12%	13%	13%	11%	8%	12%
Total	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Analfabeto Funcional	39%	39%	37%	37%	34%	27%	27%	27%	29%
Funcionalmente Alfabetizados	61%	61%	63%	63%	66%	73%	73%	73%	71%

Fonte: INAF (2018)

Como a tabela sinaliza ao longo dos anos, houve ainda uma redução da proporção de brasileiros analfabetos absoluto, porém teve um aumento de indivíduos que conseguem fazer uso da leitura da escrita e das operações matemáticas em suas tarefas do cotidiano.

O INAF está na sua décima edição e seu objetivo é contribuir para a defesa dos direitos educativos, programar ação que combinem políticas para participação social, incidindo na agenda sobre o desenvolvimento de educacional do país através de trabalho social em nível de organização e responsabilidade pela coordenação e divulgação de seu estudo.

Ainda com o mesmo sentido de fortalecer estratégias para a educação do país, depois de uma sanção presidencial, foi entregue o Plano Nacional de Educação (PNE) com 20 metas em janeiro 2014, para dar suporte até o final da vigência em 2024. Com o PNE, a população e os entes federativos passaram a contar com uma referência fundamental para as políticas públicas educacionais.

Segundo o referido indicador, a taxa da população brasileira de 15 anos ou mais diminuiu gradativamente saindo de um patamar de 24,4% em 2004, para 17,6% em 2014, isto é bastante relevante. Contudo, ainda há 17,6% em 2014, de pessoas com mais de 15 anos de idade que são consideradas analfabetas funcionais. Porém observou-se que não houve um crescimento desejado, em 2015, mas espera-se a superação desses dados até 2024.

## 4 METODOLOGIA

O trabalho constituiu-se metodologicamente de uma abordagem qualitativa, por meio de uma pesquisa bibliográfica por apontar relações entre a prática e a realidade do fenômeno. Para Severino (2007, p.122), a pesquisa bibliográfica é

aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores, em documentos impressos como, livros, artigos, teses etc. Utiliza-se dados de categorias teóricas já trabalhados por outros pesquisadores e devidamente registrado. Os textos tornam-se fontes de temas a serem pesquisado.

Após duas visitas à escola, sendo uma para observação e outra para aplicar questionário construído com dez perguntas objetivas, que contempla as necessidades básicas de aprendizagem dos alunos na EJA, no que diz respeito à leitura e a escrita, no processo de alfabetização e letramento, seguem as questões utilizadas.

Dados pessoais, a critério do aluno:
Nome: _____(se quiser)
Sexo: Feminino ( <input type="checkbox"/> ) Masculino ( <input type="checkbox"/> ) Idade ( _____).
<b>1. No processo de leitura e de escrita, como você se encontra?</b>
( <input type="checkbox"/> ) Ler e escreve com facilidade.
( <input type="checkbox"/> ) Compreende o que lê, mas não escreve.
( <input type="checkbox"/> ) Não sabe ler, mas escreve.
<b>2. Dessas atividades, quais as que você costuma fazer (pode assinalar mais de uma)?</b>
- Escreve listas do que precisa fazer ou comprar?
( <input type="checkbox"/> ) Nunca ( <input type="checkbox"/> ) às vezes ( <input type="checkbox"/> ) sempre
- Deixa bilhetes ou mensagens para alguém?
( <input type="checkbox"/> ) Nunca ( <input type="checkbox"/> ) às vezes ( <input type="checkbox"/> ) sempre
<b>3. Pede para alguém ler ou escrever para você?</b>
( <input type="checkbox"/> ) Nunca ( <input type="checkbox"/> ) às vezes ( <input type="checkbox"/> ) sempre
- Manda bilhetes ou mensagens para amigos e familiares?
( <input type="checkbox"/> ) Nunca ( <input type="checkbox"/> ) às vezes ( <input type="checkbox"/> ) sempre

**4. Procura ofertas ou promoções em folhetos e jornais?**

Nunca  às vezes  sempre

- Verifica a data de vencimento dos produtos que compra?

Nunca  às vezes  sempre

**5. Compara preços entre produtos antes de comprar?**

Nunca  às vezes  sempre

- Paga contas em bancos e lotéricas

Nunca  às vezes  sempre

- Faz depósitos ou saques em bancos ou lotéricas?

Nunca  às vezes  sempre

**6. Ler bula de remédio?**

Nunca  às vezes  sempre

- Cópia ou anota receitas

Nunca  às vezes  sempre

**7. Você trabalha, qual a sua profissão?**

Sim  Não ( \_\_\_\_\_ )

**8. Você já perdeu algum trabalho por não saber ler e escrever?**

Sim  Não

**9. Para entrar no seu trabalho foi preciso.**

experiência no trabalho

nível de escolaridade

os dois

**10. O que você aprende na escola utiliza na sua vida diária e profissional, justifique.**

Sim  Não ( \_\_\_\_\_ ).

Durante a observação podemos construir material para as análises do trabalho, ainda com base nisso observação “é todo procedimento que permite acesso aos fenômenos estudados. É imprescindível a qualquer tipo de modalidade de pesquisa” (SEVERINO, 2007, p.25).

### Consoante Severino (2007) define questionário

é conjunto de questões, sistematicamente articulados, que se destinam a levantar informações escritas dos sujeitos pesquisados, com vista conhecer a opinião dos mesmos sobre os assuntos em estudos. As questões devem ser pertinentes ao objeto claramente a ser formuladas, de modo a serem bem compreendida pelos sujeitos. As questões devem ser objetivas, de modo a suscitar respostas igualmente objetivas, evitando provocar dúvidas, ambiguidades e respostas lacônicas (SEVERINO, 2007, p. 25).

Deste modo o questionário foi um instrumento que serviu para a avaliação dos indivíduos em questão.

Ele foi aplicado numa sala de aula na Escola Municipal Homero Homem, localizada no Bairro Sertãozinho, no Município de Canguaretama, em uma turma da Educação de Jovens Adultos, a escola é considerada de porte pequeno, contendo 6 salas aulas e funciona nos três turnos, durante a noite a atende a duas turmas da EJA.

A respectiva turma, é composta por 12 de estudantes, mas participaram de modo espontâneo 8 discentes, sendo quatro homens e quatro mulheres, que tiveram seus nomes substituídos por uma sequência numérica de 1 a 8; o aluno mais jovem tinha 23 anos e o mais velho, 78 anos.

## 5 ANÁLISE E RESULTADOS

De acordo com as respostas dos questionários, os níveis de alfabetismo dos estudantes da EJA foram se revelando, conforme *Quadro 4*.

Quadro 4 – Níveis dos estudantes investigados

<b>Contexto de pesquisa 1</b>	Aluno 1 e Aluno 2 não souberam ler nem escrever, por isso não conseguiram realizar o teste proposto. Eles disseram que só aprenderam a copiar o nome.
<b>Contexto de pesquisa 2</b>	Aluno 3, Aluno 4, Aluno 5 e Aluno 6 fazem uso de algumas competências como “capaz de localizar uma ou mais informações explícitas, expressas de forma literal.
<b>Contexto de pesquisa 3</b>	Aluno 7 e Aluno 8 liam e compreendiam as informações expressas no questionário.

Diante dos contextos expostos, os Alunos 1 e 2 classificaram-se no grupo analfabeto, pois não conseguem realizar tarefas simples fazendo uso das práticas sociais da leitura e da escrita.

Os Alunos 3, 4, 5 e 6 classificaram-se no grupo rudimentar porque, por exemplo, “localiza[m] uma ou mais informações explícitas, reconhecem informações em textos muito simples (calendários, tabelas simples, cartazes informativos).

Os Alunos 7 e 8 classificaram-se no grupo elementar, pois seleciona uma ou mais unidades de informação, em textos diversos de extensão média realizando pequenas inferências”

Vale ressaltar, para a turma em análise, que não houve classificações nos grupos intermediário nem proficiente.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O processo investigativo deste trabalho teve o objetivo de investigar, a partir do Indicador de Alfabetismo Funcional, os níveis de uma turma de Educação de Jovens e Adultos, no município de Canguaretama, estado do Rio Grande do Norte.

A realização do trabalho aconteceu no início do ano letivo, mas, sugerimos que uma nova atividade, com fins diagnósticos, seja realizada por duas ou três vezes na mesma turma, no intuito de buscar soluções para as dificuldades de aprendizagem de jovens e adultos estudantes, que não aprenderam a ler nem escrever anteriormente.

Através desta pesquisa, apenas três dos cinco grupos de alfabetismo foram identificados, quais sejam: analfabeto, rudimentar e elementar. Deste modo, percebemos que ainda tem um número significativo de desses sujeitos que os não conseguem desenvolver competências e habilidades básicas, impedindo-os que atinjam os níveis mais alto (intermediário e proficiente), segundo escala do INAF; causando aumento dos níveis de analfabetismo, sobretudo, dos analfabetos funcionais.

Isso confirma que ainda há muitos brasileiros rotulados de analfabetos (absoluto e funcional). Entretanto, eles também podem ter algumas características, mesmo que raras, de letramento porque estão inseridos num contexto com material escrito e conseguem fazer uso da cultura escrita, se comunicam através do celular, de textos escritos, figuras.

Esperamos que a realização desse trabalho possa no futuro contribuir para a prática da alfabetização e do letramento, e os alunos da EJA possam se alfabetizar para assim, ter assegurado os direitos básicos, fundamentais para o exercício da cidadania.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 1º ciclo de monitoramento das metas do PNE: biênio 2014-2016.** – Brasília, DF: Inep, 2016. Acesso em: 22. abr. 2019.

BRASIL. Parecer CNE/CEB nº: 6/2010, aprovado em: 07. abr. 2010 - Reexame, Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui **Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos – EJA.** Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=5366= maio-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 08 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394\\_idbn1.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lei9394_idbn1.pdf). Acesso em: 18 abr. 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação.** 6. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Educação como prática de liberdade.** 10. ed., Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1980.

INAF. **Indicador Alfabetismo Funcional:** um diagnóstico de inclusão social pela educação – primeiros resultados. Instituto Paulo Montenegro. Disponível em: <http://www.ipm.org.br/download/INAF-2001.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Indicador Alfabetismo Funcional - INAF-2011.** Instituto Paulo Montenegro. Disponível em: <http://www.ipm.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2019.

\_\_\_\_\_. **Indicador Alfabetismo Funcional - INAF-2016** Disponível em: [http://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2016/09/INAF.EstudosEspeciais\\_2016\\_Letramento\\_e\\_Mundo\\_do\\_Trabalho.pdf](http://acaoeducativa.org.br/wpcontent/uploads/2016/09/INAF.EstudosEspeciais_2016_Letramento_e_Mundo_do_Trabalho.pdf). Acesso em: 10 ago. 2019.

\_\_\_\_\_. **Indicador Alfabetismo Funcional – INAF-2018.** Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018-Relatório-Resultados-Preliminares.pdf>. Acesso em: 9 out. 2019.

KATO, Mary. **No mundo da escrita:** uma perspectiva psicolinguística. São Paulo: Ática, 1986.

KLEIMAN, Ângela. **Os significados do letramento:** uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita. Campinas: Mercado da Letras, 1995.

PACHECO, R. G.; CERQUEIRA, A. S. **Legislação educacional**. Brasília: Universidade de Brasília, 2009.

RIBEIRO, Vera Masagão. **Por mais e melhores leitores: uma introdução**. In RIBEIRO. (Org.). *Letramento no Brasil: reflexões a partir do INAF 2001*. São Paulo: Global, p. 9-29, 2003.

ROJO, Roxane H. R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo, ed. Parábola editorial 2009.

SAVIANI, Dermeval. **Da nova LDB ao novo plano de nacional de educação: por uma política educacional**. 5. ed. São Paulo: Autores Associados, 2004.

SEVERINO, Antonio Joaquim. **Teoria e Prática Científica**. In: *do Trabalho Científico*. 23 ed. São Paulo: Cortes, 2007.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. Belo Horizonte: Autêntica, 1998. \_\_\_\_\_. **Letramento e escolarização**. In: UNESP. **Caderno de formação: Alfabetização**. São Paulo: UNESP, p. 79-98, 2003.

\_\_\_\_\_. **Letramento e alfabetização: as muitas facetas**. In: **Alfabetização e letramento**. 7. ed. São Paulo: Contexto, p. 29-50, 2017.